

O QUE CRESCE IMPERCEPTIVELMENTE: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SOLIDARIEDADE TRANSFORMADORA

Mario Gabriel Macías Yela, Valéria Torres Amaral Burity, Paulo Asafe C. Spínola, Sofia Monsalve

Mario Gabriel Macías Yela, engenheiro agrônomo da Universidade Técnica Estadual de Quevedo, é o diretor executivo da FIAN Equador. Ele é mestre em Agroecologia e Agricultura Sustentável pela Universidade Agrária do Equador e membro da Organização Camponesa Centro Agrícola Quevedo.

Valéria Torres Amaral Burity é a secretária-geral da FIAN Brasil. Ela é advogada com mestrado em Direito Econômico e dissertação sobre Direito à Alimentação e Democracia no Brasil, pela Universidade Federal da Paraíba. Desde 2002, Valéria atua na área de soberania alimentar, direitos humanos e políticas públicas. Ela é pesquisadora visitante da Cátedra Josué de Castro da Universidade de São Paulo e membro do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Paulo Asafe C. Spínola é assessor de direitos humanos da FIAN Brasil. Ele é mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Brasília, com especialização em pesquisa sobre governação e políticas públicas para a agricultura familiar.

Sofia Monsalve é a secretária-geral da FIAN Internacional. Ela é mestre em Ciências Políticas e Filosofia. Antes de se tornar secretária-geral em 2016, ela coordenou o programa de terras e recursos naturais da FIAN por mais de 15 anos.

“A alimentação [...] é uma das áreas onde há mais inovação comunitária e de realocação [...]»

Como já se sabe, a COVID-19 agravou uma situação alimentar e nutricional que já era precária em muitos países antes da pandemia. O número de pessoas afetadas pela insegurança alimentar na América Latina vem aumentando há cinco anos: em 2019, um terço da população, ou seja, 191 milhões de pessoas na região, sofria de insegurança alimentar moderada ou grave.¹ Entre os afetados, 32,4% eram mulheres e 25,7% homens, ou seja, havia quase 20 milhões de mulheres a mais do que homens sofrendo de insegurança alimentar naquele ano.² No fim de 2020, o total de pessoas que vivem na pobreza chegou a 209 milhões, 22 milhões a mais que no ano anterior, segundo estimativas da CEPAL.³ O enfraquecimento das instituições públicas como resultado de décadas de políticas de austeridade tem impedido os Estados de fornecer respostas que cumpram com as suas obrigações de proteger os direitos humanos para enfrentar a crise atual. Ainda mais preocupantes são as medidas claramente regressivas que os Estados tomaram no meio da crise. Entre elas está, por exemplo, a flexibilidade laboral que aumenta ainda mais a precariedade das condições de trabalho no Equador⁴; ou a redução das reservas de alimentos no Brasil justamente durante a pandemia e em decorrência do desmantelamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), iniciado no fim de 2019.⁵

Durante a crise, além de documentar as violações que os Estados cometem por ação ou omissão de suas obrigações, compilamos as iniciativas de organizações sociais que nasceram no meio das dificuldades e que procuram promover a solidariedade e o senso de comunidade em tempos de fome e preocupação. Consideramos essas iniciativas como exercícios que reafirmam a dignidade humana, a soberania popular e a capacidade de perseverar num contexto de adversidade. Este artigo tem como objetivo refletir de forma mais detalhada sobre algumas das iniciativas autogestio-

AGRADECIMENTO |

Um agradecimento especial a Isabel Álvarez Vispo (URGECI) e Marciano Toledo Silva (Movimento dos Pequenos Agricultores, MPA) pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO | Mario Macías Yela

- 1 FAO, FIDA, OPS, WFP e UNICEF (2020). *Panorama de la seguridad alimentaria y nutrición en América Latina y el Caribe 2020*. Santiago de Chile. Disponível em espanhol, inglês, árabe, chinês, russo e francês em: <https://doi.org/10.4060/cb2242es>
- 2 *Ibid.* pág. 16.
- 3 Comissão Económica para a América Latina e Caribe (CEPAL), *Panorama Social de América Latina, 2020* (LC/PUB.2021/2-P/Rev.1), Santiago, 2021.
- 4 Comissão Económica para a América Latina e Caribe (CEPAL), *Panorama Social de América Latina, 2020* (LC/PUB.2021/2-P/Rev.1), Santiago, 2021.
- 5 Peres, João and Victor, Matioli. (2020, Setembro 19). *O governo deveria estocar arroz, não você*. Disponível em: ojoioetrigo.com.br/2020/09/o-governo-deveria-estocar-arroz-nao-voce/.

nárias que surgiram em dois países latino-americanos: Brasil e Equador. Através de entrevistas com membros do Movimento dos Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), no Brasil, e das Comunidades Huancavilcas/Santa Elena, da Corporação de Organizações Camponesas e Indígenas de Flores (COCIF), da União das Organizações Camponesas de Esmeraldas (UOCE) e do Centro Agrícola Cantonal de Quevedo (CACQ), no Equador, além de consultas em redes sociais e uma revisão de outras fontes, procuramos entender como essas propostas surgiram, como elas funcionam, quais são as suas dimensões e quem são os atores envolvidos. Concluiremos o artigo tentando elucidar até que ponto essas iniciativas são apenas um reflexo do momento e temporárias; ou em que medida elas se apresentam como uma alternativa para reinventar as relações sociais, produtivas e de cuidado.

RANDI RANDI, TROCA DE ALIMENTOS E SOLIDARIEDADE ENTRE OS POVOS

O *randi randi* (que em quíchua significa “trocar”, “dar e receber” ou “dar por dar sem prejudicar”) é uma prática ancestral que as populações, principalmente na América Latina, realizavam como forma de comercializar os seus produtos em troca de outros do mesmo valor ou importância. Atualmente, com a pandemia da COVID-19, esta ação volta a ocupar o seu espaço, o que mostra que em tempos de crise, a solidariedade dos povos é extremamente importante, e pode colocar em segundo plano o comércio baseado em dinheiro.

Durante a pandemia, as medidas de confinamento implementadas pelo governo equatoriano levaram ao encerramento de mercados populares, à proibição de feiras populares camponesas e indígenas, do comércio informal e da pesca artesanal, entre outras medidas. Essas ações tiveram forte impacto em setores voltados à população de baixo rendimento, principalmente na zona rural. Assim, entre março e maio de 2020, diversas organizações camponesas, indígenas e pesqueiras promoveram a prática da troca de alimentos para atender às suas necessidades de produtos alimentícios. Na COCIF 2000, famílias de 27 comunidades da região de Flores, no cantão de Riobamba, beneficiaram-se da troca de alimentos realizada com a CACQ do cantão de Quevedo, com a participação de 150 famílias de seis comunidades do CACQ. Paralelamente, o Sindicato das Organizações Camponesas de Esmeraldas também promoveu trocas de alimentos, com a participação de 500 famílias das suas comunidades de base que doaram produtos que beneficiaram 956 famílias de bairros de baixo rendimento da província de Esmeraldas; localmente, promoveu-se a troca entre famílias de pescadores e pescadoras e cerca de quinze toneladas de alimentos provenientes de propriedades campesinas foram doadas às comunidades Huancavilcas.

Por sua vez, o Movimento Nacional Camponês-FECAOL⁶ também realizou o intercâmbio de alimentos. Esta iniciativa, de acordo com os relatórios da organização, foi de âmbito nacional. Cerca de mil famílias Montubias e indígenas participaram do combate à crise alimentar no Equador, organizado em parceria com a ONG Mujeres sin Límites, a Prefeitura de Tungurahua e a Conferência Plurinacional e Intercultural sobre Soberania Alimentar (COPISA). Numa ação inédita, a FECAOL também instalou farmácias campestres em diversos setores de baixo rendimento na cidade de Guayaquil, com o objetivo de fornecer diversas plantas com propriedades medicinais à população local, já que o acesso aos centros de saúde durante a pandemia era bastante limitado.

6 Para mais informações, leia: <https://www.alainet.org/es/articulo/206824>.

Em todos os casos acima mencionados, além da realização de intercâmbio de alimentos, foram compartilhadas receitas culturalmente adequadas, provenientes dos fogões iluminados pela sabedoria e conhecimentos tradicionais das mulheres do campo, em particular sobre plantas com propriedades medicinais que cada mulher de organizações camponesas e indígenas conserva nos seus territórios. Isso serviu em grande parte para fortalecer o sistema imunológico da comunidade e propiciou uma recuperação da memória viva dos cuidados tradicionais da saúde. As mulheres dessas organizações priorizam a vida, e demonstram a importância do cuidado da terra para a reprodução da vida e de que isso precisa ser um compromisso de todos os membros da comunidade. É nesse sentido que elas falam de soberania alimentar. Além da troca de sementes nativas, os produtos utilizados para o intercâmbio provêm de sistemas de produção diversificados e trabalhados agroecologicamente, comumente utilizados para cobrir parte da necessidade de alimentos das mesmas famílias e destinar o excedente para abastecer os mercados locais. Essas famílias produzem na tranquilidade e segurança em que vivem e não se sentem especialmente vulneráveis ao vírus, uma vez que a diversidade permite uma produção autónoma e não dependente de agrotóxicos.

Os meios e estratégias operacionais usados para realizar o intercâmbio eram múltiplos: primeiro fazia-se o levantamento dos produtos disponíveis nas propriedades camponesas, depois os produtos eram levados para um único local onde eram devidamente acondicionados e posteriormente transportados. A logística era conduzida por jovens que, coletivamente, dinamizaram todas as atividades a serem realizadas e geraram uma aproximação com as prefeituras para ter apoio na mobilização local para a arrecadação de alimentos e posteriormente a distribuição dos produtos da troca. Para os jovens do CACQ, que também compõem a Unidade Agroecológica e Política “Machete y Garabato”, a troca é definida como um ato de moeda viva, pois os produtos trocados, além do seu valor nutricional ou económico, também carregam o valor do trabalho de famílias camponesas e indígenas que produzem agroecologicamente e em harmonia com a natureza. Diante da proibição da mobilidade, um sistema organizado foi fundamental, pois garantiu salvo-condutos que permitiram a movimentação sem qualquer restrição. Também foram feitas entregas para famílias que precisavam mover suas colheitas.

MINGA⁷ CONTRA A FOME: “NÃO ESTAMOS DOANDO O QUE SOBRA. ESTAMOS DISTRIBUINDO O QUE PRODUZIMOS.”

Diante da fome e da insegurança alimentar desencadeadas pelas medidas de contenção da pandemia, membros das organizações camponesas entrevistadas no Brasil e no Equador começaram a organizar espontaneamente ações de solidariedade para fornecer alimentos aos desempregados, que foram desalojados das suas casas ou que já viviam nas ruas. Essas ações foram realizadas em diversas modalidades: doações de produtos provenientes de acampamentos, assentamentos e propriedades camponesas, doações de cestas básicas, doações de refeições em cozinhas populares e a criação de bancos populares de alimentos onde a população podia doar ou ter acesso a alimentos. É difícil estabelecer as dimensões dessas iniciativas, mas as evidências indicam que o seu impacto é considerável. O MST afirma estar a desenvolver ações solidárias em vinte e quatro Estados do Brasil. O MPA, por sua vez, em treze Estados. No Equador, os nossos registos cobrem apenas a província costeira de Santa Elena, os cantões costeiros de Quevedo e Esmeraldas e o cantão Riobamba, na serra. O MST informa que de março a setembro de 2020, o movimento doou 3.400 toneladas de alimentos⁸. O MPA relata um volume de 1.100 toneladas até fevereiro de 2021. As comunidades de Huancavilca relatam ter doado 11 toneladas de hortaliças que beneficiaram 600 famílias. No Brasil, a ação coletiva Comida

7 Minga é uma forma tradicional indígena de trabalho comunitário ou coletivo que pode ter múltiplos fins.

8 Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). (2020, Setembro 9). *Desde o início da pandemia, MST já doou 3400 toneladas de alimentos você*. Disponível em: mst.org.br/2020/09/09/desde-o-inicio-da-pandemia-mst-ja-doou-3400-toneladas-de-alimentos/

de Verdade mapeou entre os meses de agosto e outubro de 2020 mais de 300 iniciativas em todo o país, lideradas por movimentos sociais, organizações populares e grupos de base, tanto rurais quanto urbanos, que surgiram como formas de facilitar o encontro entre quem produz alimentos saudáveis e quem deseja consumi-los.⁹

A preocupação com a alimentação saudável, já fortemente presente na sociedade brasileira antes da pandemia, ganhou grande impulso na crise atual e se tornou um ângulo estratégico para forjar novas relações entre o campo e a cidade. As pessoas entrevistadas para este artigo foram enfáticas em destacar que não se trata de caridade, mas de apoio; e que não basta distribuir alimentos, mas é preciso trabalhar em conjunto com a população urbana para que se entenda de onde eles vêm, quem os produz e em que condições. Os entrevistados e as entrevistadas também destacaram a importância para a população urbana de se valorizar a produção agroecológica campesina e até mesmo aprender a produzir hortas agroecológicas nas cidades. Nesse sentido, as diversas iniciativas de solidariedade alimentar causaram o fortalecimento de soluções coletivas para lidar com a questão alimentar, como é o caso dos conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional do Brasil; ou a construção de novas formas de relações sociais e comunitárias como os comitês populares de alimentos, que em algumas experiências têm a participação destacada de agentes populares de saúde¹⁰ e incluem desde a organização de bancos populares de alimentos, até a educação sobre direitos sociais e a formação em agroecologia para criar hortas comunitárias. Da mesma forma, o MPA descreve como os canais de distribuição de alimentos foram reestruturados no contexto do ajuste aos protocolos de segurança sanitária para conter a pandemia¹¹. Na experiência do grupo Huancavilca, também foram as jovens e os jovens que organizaram a logística de transporte e distribuição dos alimentos doados. Muitas dessas iniciativas de reestruturação das relações sociais que alimentam a população brasileira estão sendo documentadas em bancos de dados como este: <https://agroecologiaemrede.org.br>

CONCLUSÕES

Com a pandemia se iniciou uma época bastante incerta e volátil de reconfigurações estruturais em muitos níveis. Arturo Escobar afirma que:

“A alimentação [...] é uma das áreas onde mais inovação comunitária e de realocação está a ocorrer (ou seja, inovações que rompem com o modo de vida patriarcal, racista e capitalista), por exemplo, em termos da ênfase na soberania alimentar, agroecologia, hortas urbanas, etc. Estas atividades realocadoras, principalmente quando ocorrerem de forma agroecológica e ‘vinda de baixo’, permitem-nos repensar as redes produtivas nacionais e internacionais, o bem comum e as relações entre o campo e as cidades [...]. Relocalizar a partir de uma série de estratégias verbais: comer, aprender, curar, habitar, construir, saber. Isso vai muito além de se reduzir a pegada ecológica, e envolve uma reorientação significativa do desenho dos mundos que habitamos”.¹²

É vital, então, compreender o potencial que reside nesses experimentos e propostas para abrir novas formas de realizar o direito humano à alimentação e nutrição adequadas. Para isso, é necessário acompanhar iniciativas como as que modestamente documentamos neste artigo. Experimentos desse tipo surgiram não apenas no Brasil e no Equador, mas também em toda a América Latina e em outros continentes. É claro que essas não são iniciativas de caridade que buscam aliviar a crise da fome desencadeada pela COVID-19 ao replicar relações sociais de dominação que fortalecem o modelo industrial e comercial da produção e distribuição de *junk food*.

9 <https://acaocoletivacomidadeverdade.org/>

10 Agentes populares de saúde são pessoas formadas por organizações sociais ou comunitárias (às vezes em cooperação com autoridades municipais) para atender a temas de saúde pública e comunitária, principalmente em campos como a detecção prematura de problemas e as práticas preventivas.

11 Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). (2020, Abril 15). *Campanhas do MPA asseguram a distribuição de alimentos saudáveis durante a pandemia da Covid-19*. Disponível em: mpabrasil.org.br/noticias/mpa-as-seguram-a-distribuicao-de-alimentos-covid-19/

12 Escobar, A. (2020). El pensamiento en tiempo de pospandemia. Em R. L. Segato et al., *Pandemia al sur*. Compilado por O. Quijano Valencia e C. Corredor Jiménez. 1ª edição especial. Prometeo Libros, págs. 31-54.

Trata-se de iniciativas auto-organizadas de agricultoras e agricultores camponeses e indígenas, e não de grandes supermercados ou empresas, que estão a reconfigurar as relações de produção e distribuição de alimentos de forma a fortalecer a economia social e solidária.¹³ Por outro lado, sabe-se que essas iniciativas têm melhorado o acesso à alimentação agroecológica saudável por setores da população de baixo rendimento com recursos escassos. Esta é uma conquista bastante considerável. Até agora, a discussão tem se concentrado principalmente em garantir que a produção agroecológica receba apoio suficiente da comunidade de consumidores e consumidoras, e não tanto em garantir que a população em situação de insegurança alimentar tenha acesso a essa dieta mais saudável. É fundamental ver como essa tendência pode ser assegurada. Igualmente importante é o facto de que essas propostas estão a desmercantilizar os alimentos, ao reafirmar o carácter comunitário de garantir que alimentos saudáveis sejam produzidos, e também que cheguem aos que mais precisam. Futuramente, será fundamental investigar como essas iniciativas sociais e comunitárias estão a reconfigurar as relações com as instituições públicas e governamentais, e se consolidam como espaços de exercício da autonomia e da realização de direitos.

13 A Constituição do Equador em seu art. 288 estabelece que o sistema económico equatoriano é social e solidário, colocando a economia solidária no mesmo nível que a economia pública e privada. O objetivo é a promoção de um novo modelo de desenvolvimento que a própria Constituição denomina “*sumak kawsay*”, ou “viver bem”. O Movimento da Economia Social e Solidária do Equador (MESSE) considera a economia social e solidária como “uma forma de convivência entre as pessoas e a natureza que satisfaz as necessidades HUMANAS e garante a sustentação da VIDA, com uma visão INTEGRAL, mediante a força da ORGANIZAÇÃO, aplicando os saberes e as práticas ANCESTRAIS para transformar a SOCIEDADE e construir uma cultura de PAZ”.